


# AS MULHERES NO OESTE CATARINENSE: AGRICULTURA FAMILIAR NO TECER DO SINDICALISMO

## *WOMEN IN WESTERN SANTA CATARINA: FAMILY FARMING IN THE WEAVING OF UNIONISM*

**Autor(es):** André Luiz Simonetti; Josiane Carine Wedig; Angelica Servegnini de Wallau; Luana Santos dos Santos;
**Filiação:** Universidade Tecnologica Federal do Paraná – Campus Pato Branco
**E-mail:** simonettial97@gmail.com

**Grupo de Trabalho (GT): (05) Agricultura Familiar e Ruralidades**

**Resumo**
Partindo da realidade de que ainda é baixa a participação efetiva das mulheres dentro do sindicalismo da agricultura familiar, o objetivo deste trabalho é investigar como se deu a inserção das mulheres no movimento sindical da agricultura familiar no Oeste catarinense, e como essa presença atuou na pauta dessas entidades influenciando a realidade das mulheres do campo. Como metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Inicialmente, são apresentados elementos importantes nas discussões sobre a agricultura familiar e a participação feminina, na sequência são abordadas questões que relacionam a divisão do trabalho e a renda com a questão de gênero. Depois, é elaborada uma discussão acerca do surgimento do sindicalismo, e da luta das mulheres para que a pauta de gênero seja adicionada às discussões, trazendo elementos da caminhada e articulação dos movimentos sociais e Igreja na região Oeste catarinense, bem como refletindo a trajetória política de uma mulher camponesa. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com algumas percepções e outras inquietações provocadas pela escrita do trabalho.
**Palavras-chave**: Agricultura familiar; gênero; sindicalismo; Oeste catarinense.

***Abstract***
*Starting from the reality that the effective participation of women within the unionism of family farm is still low, the objective of this work is to investigative how the insertion of the women in the moviment of Family farm in the west of Santa Catarina took place, and how this presence acted on the agenda of these entities influencing the reality of rural women. As a metodology, a bibliographic research was carried out with a qualitative approach. Initially, important elements are presented in the discussions on family farm and female participation, followed by issue of gender. Afterwards, a discussion about the emergence of trade unionism is elaborated, and the struggle of women for the gender agenda to be added to the discussions, bringing elemnts of the walk and articulation of social movements and the Church int the west region of Santa Catarina, as well as refleting the political trajectory of a peasant woman. Finally, the final considerations are presented, with some perceptions and other conscerns caused by the writing of the work.*
***Key words****: Family farm; gender; unionism; West of Santa Catarina*

## 1. Introdução

A agricultura familiar[1] possui importante papel na formação social e econômica do Brasil, sendo ímpar na caracterização cultural dos territórios e na formação e desenvolvimento das cidades. Essa agricultura é importante, sobretudo, em regiões interioranas, cuja regionalidade e as especificidades locais condicionam os modos como as pessoas vivem e se relacionam com o meio. Contudo, a agricultura familiar por vezes foi marginalizada, com o emprego de adjetivos e neologismos que minimizam a sua importância socioeconômica e cultural, utilizando termos como pequenos produtores, agricultores de subsistência, ou minifundiários para denominar essa complexa categoria.

[1] Segundo IBGE/SIDRA (2012), se enquadram na lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar) 1,77 milhões de pessoas e 84,36% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Essa foi a lei que regulamentou tal profissão

Entre os muitos coletivos e pessoas que compõem a agricultura familiar e as várias relações tecidas no campo, pauta-se muitas perspectivas, em especial as que constroem o papel feminino nesses espaços. Nesse viés, as mulheres no ambiente rural avançam em desafios, oportunidades e estratégias que abordam melhorias socioeconômica e incentivos à sua permanência no campo. Embora possa parecer recente o protagonismo das mulheres no campo, é fato, já que diante de doze mil anos de construção agrícola no mundo, elas, por vezes, proveram e estiveram entrelaças ao surgimento das muitas agri-culturas e seus modos de criação.

Ante ao exposto, o protagonismo feminino do campo caminhou para o fomento, construção e promoção da segurança alimentar, recursos financeiros, formas produtivas, manutenção cultural local, preservação de recursos naturais e paisagem rural, agregando os meios para existência e subsistência de famílias no espaço rural. No entanto, as lacunas abertas para a visibilidade das mulheres no rural é pautada em concretudes que urgem a atuação das entidades e organizações ligadas à agricultura familiar, como: movimentos, associações cooperativas e sindicatos, que possam viabilizar espaços de discussões e caminhos na busca por direitos, equidade e participação efetiva das mulheres no campo.

Nessa conjuntura, este manuscrito tece a relação entre mulheres campesinas, agricultura familiar e sindicalismo, de modo a investigar como se deu a inserção destas no movimento sindical da agricultura familiar do Oeste catarinense. Assim, é movido o seguinte questionamento: como o movimento feminino no sindicalismo rural atua no caminho para a participação efetiva da mulher no campo?

Para isso, neste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, que é construído nas seguintes seções: 2) As relações de gênero, trabalho e renda na agricultura familiar, abordando a discussão a questão de gênero e sua influência nas relações de trabalho e renda na agricultura familiar; 3) A construção do movimento sindical da agricultura familiar e as mulheres de luta no Oeste catarinense que versa a participação feminina no movimento sindical da agricultura familiar reunindo trabalhos que falam sobre experiências de mulheres que foram pioneiras no movimento, e por fim são trazidas as considerações finais e referências.

## 2. As relações de gênero, trabalho e renda na agricultura familiar

Entre as muitas e árduas lutas das mulheres uma questão recorrente reside na interação entre trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidado, num espaço em que o homem foi e ainda é visto como o provedor e guardião do lar. Por muito tempo esse pensamento foi/é reproduzido socialmente como um padrão, que quando quebrado era caracterizado por “homens fracos” e “mulheres rebeldes”.

Urge compreender que esses pensamentos, provém do modo de trabalho e produção capitalista atrelado a questões conjunturais e estruturais do exercício dos empregos e responsabilidades. Nesse cenário, a teórica Silvia Federici (2017) pontua que os trabalhos domésticos e reprodutivos são tão/ou mais importantes que funções externas ao lar, ao passo que, as mulheres “produzem” os próprios trabalhadores, sem os quais não há trabalho, bem como são responsáveis por seus bem-estar nos mínimos detalhes.

Vários fatores podem influenciar na construção estrutural de gênero no ambiente rural. Para Paulilo (2016), a própria denominação “agricultura familiar” faz acreditar que o que é bom para o homem, visto como único provedor no lar, é bom para as mulheres e seus filhos. É importante pontuar que agricultura familiar é tida como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção, e trabalha neles ao mesmo tempo, assim, a associação “família – trabalho – produção” na estrutura produtiva resulta em como as pessoas envolvidas nela agem econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996).

Porém, as relações que comungam na agricultura familiar são diversas. Paulilo (1987) em trabalho realizado em Santa Catarina e na Paraíba, relata que as atividades do estabelecimento desenvolvidas por mulheres eram consideradas leves, enquanto as desenvolvidas pelos homens eram consideradas pesadas, mesmo que fossem a mesma atividade, evidenciando a desvalorização do trabalho, e da própria mulher na agricultura familiar. Tal situação também é clara nas entidades: enquanto cargos de direção e liberação[2] são ocupados em grande maioria pelos homens, o cargo de secretária e de faxineira, é destinado às mulheres.

Assim, para Boni (2004), a questão das relações de gênero parte da premissa de que as relações não são definidas pelas características biológicas, mas são produto das relações sociais dos indivíduos. Mesma ideia defendida por Menasche e Torrens (1996), quando afirmam que ser homem ou ser mulher, não é definido biologicamente, são papeis estabelecidos socialmente.

Também, Piscitelli (2009), afirma que quando a distribuição de poder de forma desigual entre homens e mulheres é vista como resultado de diferenças percebidas como naturais, elas tendem a ser naturalizadas pelos indivíduos. Logo, se são construídos historicamente e não definidos biologicamente, Menasche e Torrens (1996), defendem que estas relações podem ser modificadas, sendo ainda a questão de gênero um conceito relacional, os papeis sociais masculino e feminino não são construídos separadamente, um é construído em relação ao outro.

É nessa relação, que surge o debate de que apesar de a possibilidade de sair da casa, para trabalhar no espaço público ser um grande avanço, segundo Paulilo (2016), o trabalho feminino remunerado trouxe consigo a dupla jornada, o que limita as mulheres quando à luta por seus direitos. Assim, a incorporação da mulher no mercado de trabalho não foi suficiente para sua emancipação e melhoria na condição de vida.

A despeito de algumas questões que melhoraram, ainda existe muito a ser feito na busca pela igualdade de gênero. É iminente citar que muitas entidades (agências de extensão rural, igrejas e até mesmo cooperativas e sindicatos) ainda reproduzem ideologias cisheteropatriarcais que contribuem para as exclusões historicamente imposta a mulheres, destacando que ainda são mínimo os espaços ocupados por elas, sejam no meio socioeconômico ou político.

No espaço rural, a vulnerabilidade feminina é ainda mais acentuada visto que, na agricultura familiar, a unidade de produção é também a unidade de consumo, fazendo com que o padrão de produção não seja baseado apenas no lucro, mas também nas necessidades de consumo da família, entrelaçando aos trabalhos produtivos e reprodutivos (MENASCHE; TORRENS, 1996).

Assim, todos os membros da família já tem função definida na organização da unidade de produção. Friedmann (1986), define as funções de cada membro da família, sendo da seguinte forma: o pai é o chefe e o gerente da unidade; os filhos são auxiliares de campo ou domésticos; já a mãe, é a creche, empregada doméstica, gerente de pessoal, agente de compras e relações públicas[3]. Percebe-se que a mãe acumula muito mais funções que os demais membros da família, e na divisão de função dos filhos, se percebe uma forma de repassar entre as gerações o sistema de organização da vida na propriedade.

Essa divisão de funções é reforçada por Paulilo (2016, p. 17), quando ela diz que “filhos bem criados, com saúde e educação adequada são um bem para toda a sociedade, mas uma responsabilidade exclusiva das mães”. E também é reforçada por Menasche e Torrens (1996), afirmando que além da mulher trabalhar na roça, em um trabalho que é considerado “ajuda”, e

[2] Chama-se de liberada ou liberado, a pessoa que faz parte da direção da entidade e recebe para atuar dentro dela

[3] Destaca-se que, quando a autora detalha sua perspectiva, alguns termos são melhor explicados: gerente de pessoal se refere à “cuidado com as pessoas da casa”, agente de compras, se refere à uma espécie de “cuidar do que está faltando na casa” e relações públicas é no sentido de “mediar os conflitos entre o pai e os filhos”.

ser responsável pelo trabalho doméstico, são atividades das mulheres "cuidar das galinhas e outras pequenas criações, a horta, as ervas medicinais, lidar com o leite, com as miudezas" (MENASCH; TORRENS, 1996, p. 17).

Entretanto, a divisão do trabalho não para por aí. A mulher normalmente acumula várias funções, se vendo obrigada a trabalhar nas atividades reprodutivas e também nas produtivas, o que, segundo Paulilo (2016), leva muitas mulheres a considerarem a participação nas atividades produtivas uma sobrecarga, e não meios para ocupar seus lugares de direito. Logo, o trabalho na esfera produtiva vai muito além de uma "ajuda".

Segundo Paulilo (2013), as mulheres correspondem a 43% da força de trabalho agrícola mundial, número que apesar de muito significativo, para a autora ainda é subestimado, já que as mulheres geralmente declaram o trabalho nos quintais como trabalho doméstico, e esses locais como uma extensão da casa. Para a autora, este ambiente não é considerado "roça" pois as mulheres, por tradicionalmente cuidarem da saúde da família, tem uma preocupação natural com a alimentação saudável e sem uso de agrotóxicos. Assim, para elas é natural trabalhar na horta, com frutas e com plantas medicinais, da mesma forma para seus companheiros (maridos e pais), que muitas vezes não visualizam este como um trabalho importante.

Porém, mesmo quando a mulher atua no trabalho produtivo, este não é reconhecido, o que, para Menasche e Torrens (1996), faz com que trabalho da mulher seja duplamente desvalorizado, sendo que o trabalho relacionado à produção é considerado "ajuda", e o trabalho relacionado à reprodução "não gera renda". Isso é reforçado quando, Paulilo (2004), defende que o trabalho produtivo e não produtivo teve sua origem com o nascimento do capitalismo, em que a sociedade toma como padrão o mercado, onde só tem valor de trabalho o esforço despendido em atividades consideradas econômicas, deixando à margem as atividades domésticas.

Segundo relatório da FAO, se as mulheres tivessem o mesmo acesso que os homens à recursos produtivos, incrementariam o rendimento de suas explorações agrícolas em 20% a 30%, o que é extremamente interessante, uma vez que esposas e mães geralmente investem o dinheiro que ganham a mais em nutrição, saúde e educação dos filhos, mas se elas tivessem o mesmo tempo que os homens para trabalhar na produção, a renda das propriedades teria um incremento considerável, e a família perderia em qualidade de vida e bem-estar (PAULILO, 2013). Entretanto, Nobre, Faria e Moreno (2020) destacam que deve ser considerado economia e trabalho não só o que é remunerado, mas também as atividades necessárias para produção e reprodução da vida, como bens e serviços, afetos, cuidados e o cultivo das relações familiares e sociais, uma vez que a natureza e o trabalho de cuidado são o que sustentam a vida.

O trabalho feminino não reconhecido, gera outro grande problema: muitas vezes a mulher não tem renda. Quem controla todo o dinheiro da família é o homem, para quem a mulher precisa pedir dinheiro para qualquer necessidade, assim é alarmante a vulnerabilidade em que muitas se encontram. Segundo Paulilo (2004), é comum que as mulheres negociem dinheiro com os maridos, na forma de bajulação, favores sexuais, "superfaturamento" de gastos com alimentação e bens de consumo e até mesmo por meio de "roubo"[4], estratégias que implicam submissão ou risco. Solidaridad (2021) expõem que muitas não possuem documentos civis e jurídicos, não têm acesso à educação e saúde de qualidade e vivem em condições de extrema vulnerabilidade, além de, em muitos casos, sofrerem violência doméstica.

Acredita-se que um fator que colabora muito para a falta de acesso à renda para as mulheres seja a questão da divisão da herança. Quando se casa, a mulher leva algum dote, como uma porca, uma vaca, uma máquina de costura (PAULILO 2016), mas vai morar na terra da

[4] Registra-se que o "roubo" nada mais é do que, após o marido vender a produção que resulta do trabalho da família e guardar o dinheiro, a mulher retirar pequenos valores sem que ele perceba. O que nada mais é do que apropriação do que lhe seria de direito.

família do marido, e trabalha com os meios de produção que também vieram da família dele, o que aliado a convenções sociais (antigas e duradouras), às leva a aceitarem uma certa condição de submissão.

Paulilo (2004), reforça isso, afirmando que no Sul do país dificilmente as mulheres herdam a terra, isso ocorre quando não existem filhos homens, quando a área de terra é muito grande, ou é tão pequena que não gera interesse produtivo, ou quando uma filha casada é quem cuida dos pais na velhice, sendo que, no geral, as mulheres ganham apenas um enxoval quando se casam. E mesmo nos poucos casos em que a mulher recebe a herança, esta é passada diretamente para o marido construindo um padrão de sucessão em que os homens herdem a terra, e as mulheres se tornam agricultoras por casamento, sendo que se precisar excluir alguém da herança, as primeiras sempre serão as mulheres (PAULILO 2016).

Da mesma forma, a situação em que a mulher é vista como subordinada do homem na família, acaba se reproduzindo nos outros ambientes também. Assim como na propriedade a mulher fica com as funções domésticas, e o homem com as funções públicas, também nas organizações e entidades da agricultura familiar, poucos espaços de liderança são ocupados por mulheres. Desta forma, questiona-se: como se dá a luta pelos direitos das mulheres nas muitas entidades nas quais transitam?

Algumas mulheres conseguem romper as barreira impostas, e aos poucos tomam os espaços que lhe são de direito, com o objetivo de incrementar nas pautas de lutas sociais seus anseios e necessidades, acessando o mercado de trabalho e quiçá, buscando fortalecer o trabalho feminino no campo, provendo e fomentando meios para existência e subsistência de famílias no meio rural. Diante de tais diálogos, a próxima seção se dedica a refletir como ocorre a participação feminina no movimento sindical da agricultura familiar, trazendo experiências de estudos com mulheres que foram pioneiras nessa área.

## 3. A construção do movimento sindical da agricultura familiar e as mulheres de luta

A partir da modernização e do surgimento das sociedades industriais, a população pobre passou a ser cada vez mais explorada pelo capital, submetendo-se a más condições de trabalho, na maioria das vezes com carga horária excessiva e correndo riscos. Isso leva o próprio processo de modernização a se tornar um problema para a sociedade, pelos riscos gerados internamente pela mão humana, convertendo-se no que Beck (1986) chama de modernidade reflexiva, que consiste no processo pelo qual a própria modernidade se reinventa, alterando suas formas sociais industriais em outro tipo de modernidade, em que o progresso pode se transformar em autodestruição.

Neste ponto, Beck (1994), traz a subpolítica como um produto da modernidade reflexiva, definindo ela como uma forma de moldar a sociedade de baixo para cima, em que agentes externos ao sistema político passam a ter influência no planejamento social e no processo de governança. Assim, o sindicalismo surge como um produto da subpolítica, já que consiste em uma organização de massas para lutar por espaço e por direitos. Ele vem como uma forma de resistência da classe trabalhadora, menos abastada, consistindo em uma forma de se proteger dos riscos sociais.

Apesar de uma importante ferramenta na busca por direitos e igualdade, o sindicalismo rural brasileiro só foi regulamentado no ano de 1963, cerca de trinta anos após o sindicalismo urbano (PICOLOTTO, 2009). Mesmo tardiamente, chega como um sindicalismo assistencialista, ligado ao Estado, e fornecendo em sua maioria assistência médica e odontológica às famílias, deixando de lado os principais anseios dos agricultores familiares e camponeses, chamados na época de “pequenos agricultores”.

Essa forma de atuação só foi alterada nos anos 1980, com o advento das oposições sindicais, juntamente com outros movimentos ligados ao campo, contando em sua maioria com



lideranças que surgiram na ala progressista da Igreja Católica, que às formava com a finalidade de instituir um sindicalismo mais combativo e envolvido com as bases (BONI, 2004). Estes movimentos conseguem tomar os sindicatos, e convertê-los em instrumentos de luta, reinvindicação e proposição, com ampla participação popular, marcando o surgimento do Novo Sindicalismo, momento no qual foi possibilitado o ingresso das mulheres nestas organizações, e também a luta por igualdade de gênero na agricultura.

Neste ponto, se torna impossível falar apenas de sindicalismo como movimento. Em pesquisa acerca das diferenças da inserção das mulheres no MST, movimento sindical e MMC, Paulilo (2004), percebeu que existem diferenças significativas entre eles, pois enquanto os dois primeiros debatem as questões de classe, em que as mulheres estão inseridas, o terceiro se dedica às questões de gênero, dando prioridade ao que preocupa as mulheres no seu dia a dia.

Entretanto, vários são os relatos acerca de mulheres que participam de ambos os movimentos, sem nenhuma objeção entre eles. Para Boni (2004), os movimentos específicos de mulheres (no caso, o MMC), às preparam para adentrar nos demais e ocupar as funções de liderança. Segundo o IBGE/SIDRA (2012), no Brasil, 26,94% das agricultoras e agricultores fazem parte de entidade de classe, 4,6% de cooperativa, e 3,10% atuam em ambas, totalizando apenas 34,64% ligados a alguma entidade.

Mesmo com ampla ligação das agricultoras e dos agricultores com entidades que lutam por direitos e melhores condições de vida, nota-se uma discrepância muito grande na igualdade de gênero. Mesmo com quase 73% deles estarem ligados à alguma entidade, no Oeste catarinense, apenas 5,93% dos estabelecimentos são dirigidos por mulheres, frente à 83,5% dirigidos por homens[5]. Levando em conta que existem estabelecimentos sem a presença de um homem em idade adulta, esse percentual deixa claro o preconceito que reside na relação ao trabalho das mulheres nos estabelecimentos, mostrando também que a atuação dos movimentos e entidades é tímido para mudar tal atuação.

No Oeste catarinense, lócus de pesquisa desse trabalho, 22,73% das agricultoras e dos agricultores fazem parte de entidade de classe, 15,62% participam de cooperativa, e 19,89% participam de ambas, totalizando 72,99% ligados a alguma entidade ou organização. Esses dados ilustram o motivo da região ser origem de várias lideranças políticas de movimentos da agricultura familiar. Inclusive a primeira mulher camponesa a ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa Catarinense, e também na Câmara Federal.

Conforme já exposto, as primeiras lideranças do novo sindicalismo são formadas nos movimentos de base da Igreja católica, muito ligada à Teologia da Libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (SANTOS; WEDIG; CORONA, 2021). Neste sentido, é muito importante na Região Oeste catarinense a atuação do Bispo Dom José Gomes, entre 1968 e 1999, focada fortemente na formação de lideranças que foram fundamentais na organização de diversos movimentos.

Para Paulilo (2016), a atuação da igreja é importante para os movimentos de mulheres, pois no início da segunda metade do século XX, este era um dos poucos ambientes públicos em que as mulheres tinham a possibilidade de participar. Isso fez com que muitas lideranças surgissem, e sensibilizassem outras, levando a uma ampliação dos movimentos no Oeste catarinense no último quarto do século XX.

Assim, o objetivo das mulheres, ao entrarem nos sindicatos, não era apenas a luta de classe, mas a luta por direitos, principalmente os direitos previdenciários, reconhecimento como agricultora, igualdade nos movimentos e nas unidades de produção (BONI, 2004).

Entretanto, Boni (2004), percebe que estas mulheres precisam lutar para ser ouvidas, e para que seus pleitos sejam adicionados às pautas, pois mesmo com mulheres em cargos da direção (por uma imposição da Central Única dos Trabalhadores de que no mínimo 30% da

[5] 10,57% dos estabelecimentos não declararam quem era a pessoa que estava à frente de sua direção.

direção deveria ser composta por mulheres), inclusive em cargo de presidente, os sindicatos não acabavam com suas práticas discriminatórias (BONI 2004). Neste sentido, também Santos, Wedig e Corona (2021), em estudo realizado na Região Sudoeste do Paraná (região diretamente próxima ao Oeste catarinense), observaram que para os homens questões vinculadas a trabalho e produção tinham preferência sobre as questões de gênero, que só eram debatidas no final, quando as pessoas estavam indo embora das reuniões.

Além do preconceito existente, outro fator que influencia muito nisso é que a socialização da mulher agricultora é difícil, pois ela é educada para acatar as decisões do homem, (pai, marido, irmão, cunhado, e até mesmo dos filhos, quando ficam mais velhas), ou se não acatar, ao menos não decidir, isso faz com que exista uma dupla dificuldade: para a mulher deixar o hábito de ser dominada, e para o homem deixar de ser dominador (BONI, 2004).

Quanto a participação feminina, segundo Paulilo e Silva (2016), inicialmente surgiu na região, no ano de 1980, o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), que começa a organizar essas mulheres, que foram fundamentais para a tomada do sindicato de Chapecó no ano de 1982. Segundo a autora, no ano de 1984, esses movimentos organizam um ato no dia oito de março (8M), com a participação de 500 agricultoras, que foi crescendo nos anos seguintes. Toda essa organização feminina, culmina com a eleição de Luci Choinacki no ano de 1986, a primeira mulher agricultora familiar a ser eleita para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, terceira mulher eleita para o cargo, e única representante feminina na legislatura, que escreveu a constituinte estadual (PAULILO; SILVA, 2016).

Em trabalho realizado no Sindicato Regional de Chapecó, Boni (2004), constatou que foi após a tomada deste sindicato pela oposição sindical no ano de 1982, que as mulheres puderam ingressar na entidade, o que não significou que teriam voz imediata nas decisões.

Segundo a autora, até esta eleição, apenas as viúvas poderiam fazer parte do quaro social, as demais não eram consideradas agricultoras, pois as casadas seriam dependentes dos maridos (esposa de agricultor), e as solteiras dos pais (filha de agricultor), quadro que só foi mudado com a tomada dos sindicatos pelas oposições sindicais, que também incentivavam a requisição da documentação pessoal pela mulher, como Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro Geral (RG) e título de eleitora. Nesta eleição, nenhuma mulher foi eleita, pois não sendo sócias, não poderiam ser da direção, mas conseguiram que a direção eleita colocasse o assunto em pauta, assim na segunda eleição elegeram três mulheres para a direção, e na terceira seis (BONI, 2004).

No sentido da participação feminina nas entidades, Paulilo e Silva (2016), estudaram a história da agricultora Luci Choinaki, que é um excelente exemplo da articulação entre Igreja e movimentos. Luci era filha de agricultores, que começou a trabalhar com apenas cinco anos de idade e se casou aos dezessete, residindo no pequeno município de Descanso, no Oeste catarinense.

Envolveu-se na Igreja Católica como catequista e Ministra da Eucaristia, ligada à Teologia da Libertação, a partir daí participou de atos da pastoral da terra, e começou a se envolver com o MMC, a partir de então assinou filiação partidária no Partido dos Trabalhadores, passando a atuar também na militância política (PAULILO; SILVA, 2006).

No ano de 1986, é eleita para a Assembleia legislativa de santa Catarina, em 1990 chega à Câmara Federal, reelegendo-se em 1998, 2002, 2010 e 2014. Nas eleições de 1994 e 2006 concorre para o Senado Federal, mas acaba não se elegendo (PAULILO; SILVA, 2006). Apesar de não ter uma participação como líder sindical antes das eleições, outras lideranças que tinham este transito trabalharam para unir os movimentos em sua campanha, o que a levou a ser uma importante incentivadora do movimento, acompanhando-o após eleita.

Alguns pontos merecem destaque na história desta agricultora, e exemplificam a dificuldade da mulher agricultora adentrar ao espaço público. Segundo Paulilo e Silva (2016), após ser eleita o foco dos jornais, companheiros de partido e colegas na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), eram seu modo de falar e vestir, gerando comentários e manchetes jornalísticas deploráveis, e dentro das sessões, muitas vezes fora diminuída e desprezada, por ser a única mulher eleita para a legislatura.

Na Câmara Federal foram os mesmos desafios, e existe um fato curioso em suas eleições para o Senado, principalmente na primeira: faltaram 2% dos votos para que fosse eleita, muito por conta de o próprio partido não acreditar na sua capacidade de vencer a eleição, e não ter destinado recursos e esforços para que tal posição fosse alcançada, mesmo sendo parte de um partido de esquerda (PAULILO; SILVA, 2006).

Segundo Paulilo e Silva (2016), na vida pessoal, a liderança política também trouxe algumas dificuldades. Logo após a primeira eleição, veio o divórcio, muito por ciúme e por não aceitar mais o papel de esposa submissa. Segundo as autoras, seu estado civil, constantemente era tema de debate nas reuniões e nos encontros profissionais, bem como a questão de como estavam seus filhos. Nesse sentido, Santos, Wedig e Corona (2021), afirmam que as mulheres passam a enfrentar certos questionamentos acerca dos modos de vida, suas supostas responsabilidades e de suas pautas políticas, a partir do momento em que se tornam lideranças políticas.

Nota-se que apesar de uma construção que veio da base, ligada à Igreja, a movimentos sociais populares, e defendendo uma série de direitos dos agricultores, simplesmente por ser mulher, Luci precisou lutar contra o preconceito, para conseguir romper com as barreiras culturais impostas pela sociedade patriarcal e machista. Uma história difícil, mas que foi fundamental para incentivar outras mulheres a seguirem o mesmo caminho e conquistar espaços de poder. Uma vez que, segundo Boni (2017), buscar aceitação dos companheiros, ouvir a negação do machismo e ouvir comentários maldosos de vizinhos e familiares, são condições comuns para as mulheres que participam dos movimentos sociais.

Também neste sentido, Santos, Wedig e Corona (2021), em trabalho realizado com líderes sindicais da Região Sudoeste do Paraná, perceberam que as mulheres que exercem liderança política necessitam diariamente (re)afirmar sua posição e a legitimidade de suas práticas frente a um ambiente majoritária e historicamente masculino, branco patriarcal e de classe alta.

A partir desta trajetória iniciada nos anos 1980, após o surgimento do Novo Sindicalismo, com muito esforço para conseguir romper com os padrões, as mulheres foram aos poucos tomando seus lugares, e assumindo cargos de liderança nas entidades, e também no ambiente político, garantindo representações em todas as esferas da administração pública.

Porém, essa participação ainda não é totalmente igualitária. Apesar de várias mulheres terem chegado até a posição de presidência de sindicatos na região (como nas cidades de Chapecó, Quilombo, Coronel Freitas, Dionísio Cerqueira, Campo Erê e Seara), em muitos nunca uma mulher ocupou um cargo de diretora liberada. Na Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF-SC), os principais cargos sempre foram ocupados por homens, e Luci Choinaki foi a única mulher agricultora da região a ser eleita para a ALESC ou para a Câmara Federal, depois dela nenhuma outra chegou a tal posição.

## 4. Considerações finais

A partir da trajetória descrita, iniciando pela atuação da Igreja, articulação de vários movimentos, da mudança trazida para os sindicatos pelo advento do Novo Sindicalismo, eleição de uma representante política mulher, e mais importante: pela atuação diária de muitas mulheres, inquietas com os padrões de dominância exercidos, foram abertas algumas

possibilidades, para que mais mulheres adentrassem à luta sindical, e para que suas bandeiras fossem adicionadas à pauta do sindicalismo. Tais feitos beneficiaram não só as mulheres da região, mas alguns pleitos foram estendidos a todo o país.

Tal atuação conquistou alguns avanços, como a aposentadoria, salário maternidade e auxílio doença para mulheres agricultoras, o reconhecimento da profissão de agricultora, além do aumento da participação feminina nas organizações, que apesar de ainda ser baixo, vem crescendo a cada período.

Porém percebe-se que existe muito ainda a ser feito. Na esfera doméstica é necessário que sejam articuladas ações para que o trabalho feminino seja reconhecido com a importância que possui, para que a renda seja dividida de forma igualitária e as decisões sejam tomadas em conjunto.

Também é preciso que as entidades tenham mais espaço para participação feminina, que as mulheres alcancem cargos de destaque nas entidades, e mais: que as entidades adicionem às suas pautas as questões de gênero em um mesmo nível de importância que as questões de classe e de trabalho. Por fim, destaca-se que a luta pela igualdade de gênero na agricultura familiar deve ser de todas e todos, articulando movimentos, entidades e pessoas.

## 5. Referências

BECK, Ulrich. Sobre a Lógica da Distribuição de Riqueza e da Distribuição de Riscos. In: BECK, Ulrich, **Sociedade do Risco:** Rumo a Outra Modernidade. São Paulo: Editora 34, 1986. Cap. 1. p. 23-60.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva:** Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. Oeiras: Celta Editora, 1994. Cap. 1. p. 1-52.

BONI, Valdete. Poder e Igualdade: As Relações de Gênero Entre Sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v.12, n.1 , p. 289-302 jan-abr/2004

BONI, Valdete. **Três Décadas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.** In: BONI, Valdete; PERON Lucelia; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tania Mara De. Mulheres Camponesas e Agroecologia. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FRIEDMANN, H. **Family enterprises in Agriculture: structural limits and political possibilities.** In: COX, G., LOWE, P., WINTER, M. Agriculture: people and policies. London, Allen, 1986.

IBGE/SIDRA**. Censo Agropecuário 2006:** agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>. Acesso em: jan 2021.

MENASCHE, Renata; TORRENS, João Carlos Sampaio. **Gênero e agricultura familiar**: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: Desser, 1996.

NOBRE, Miriam, FARIA, Nalu; MORENO, Tica (Org.). **Cultivar a vida em movimento**: experiências de economia feminista na América Latina. São Paulo: SOF, 2020.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do Trabalho Leve. **Ciência Hoje,** Rio de Janeiro, v.5, n. 28, p. 4-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n.1, 2004.

PAULILO, Maria Ignez. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **Revista de Ciências Sociais.** V. 56, nº 2, p. 285 – 310. Rio de Janeiro, 2013.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Barreta. **Memórias e Trajetórias de Luci Choinacki:** Histórias e Lutas Pelos Direitos das Mulheres Camponesas. In PAULILO Maria Ignez. Mulheres rurais: Quatro Décadas de Diálogos. Florianópolis: editora da UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. **Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero**". In: PAULILO, Maria Ignez. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A Emergência dos "Agricultores Familiares" como sujeitos de Direitos na Trajetória do Sindicalismo Rural Brasileiro. **Mundo Agrário,** v. 9, n. 18, jan-jun. 2009.

PISCITELLI, Adriana. "**Gênero:** a história de um conceito". In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. pp. 116-148.

SANTOS, Aline Maiara Demétrio; WEDIG, Josiane Carine; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. "'Da Igreja à luta': trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e67222, 2021

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 3, p. 21-55, 1996